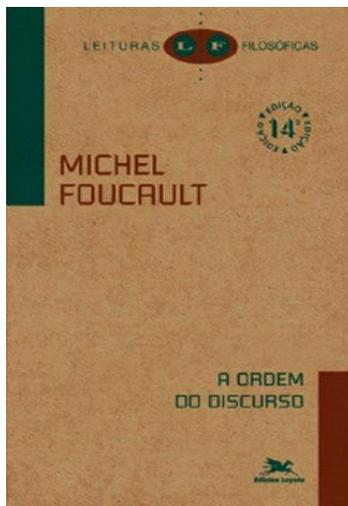


RESENHA:

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Ramon Taniguchi Piretti Brandão

Mestrando e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.
ramonbrandao41@hotmail.com



O presente livro é um fascículo onde Foucault adota um tom de conferência, relatando suas reflexões e pesquisas acerca das diversas abordagens possíveis do discurso e de como ele se dissemina em diferentes sociedades. O autor demonstra, dentre outras coisas, como o discurso exerce uma função de controle, de limitação e validação das regras de poder em diferentes períodos históricos e grupos sociais.

O ponto de partida do autor gira em torno da seguinte hipótese:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

Segundo Foucault, um discurso pode ser conceituado enquanto rede de signos que se conecta a outros tantos discursos – ou a outras tantas redes de discursos –, em um sistema aberto que tanto registra quanto reproduz e estabelece os valores de determinada sociedade, perpetuando-os. O discurso, portanto, não é um encadeamento lógico de frases e palavras que pretendem um significado em si, mas, antes, ele se colocará como um importante instrumento de organização funcional que pretende estruturar determinado imaginário social. Ele – o discurso – deixa de ser um representante dos sentidos pelos quais se luta e/ou se debate para ser, então, um instrumento do desejo. Ora, “o discurso, longe de ser [...] [um] elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a

política se pacifica [...] [é, antes,] um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (FOUCAULT, 2012, p. 9).

O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz?’; E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém’ (FOUCAULT, 2012, p. 7).

Foucault, ademais, sintetiza as proposições, os princípios e as táticas dessa organização do discurso para, em seguida, nos apresentar as possibilidades de analisá-lo. Primeiro, um paradoxo: como falar sobre o discurso, como questioná-lo e desvendá-lo tendo que dele mesmo fazer uso?

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, 2012, p. 5-6).

Deste modo, Foucault já denota a dificuldade em desvencilhar-se das estratégias empregadas pelo discurso. Indica, também, a busca por uma voz sem nome a orientá-lo, empregando um jogo de palavras para afirmar que tanto o discurso quanto as palavras são exatamente isso: um jogo¹. A crítica feita pelo autor consiste, basicamente, em questionar os procedimentos discursivos que reforçam e propagam o controle de tudo que é produzido pelo discurso.

Compõe o conjunto dos mecanismos de exclusão que são externos ao discurso a *interdição*, a *separação* e a *vontade de verdade*. A *interdição*, mecanismo mais disseminado, se refere ao tabu do objeto, ao ritual da circunstância e ao direito privilegiado daquele que fala. Nela, revela-se a clara relação entre discurso e o poder. Em outra esfera – na *separação* ou *rejeição* – ela revela, também, uma separação – ou rejeição – do discurso proferido pelo louco a partir da oposição razão versus loucura. No terceiro sistema – a *vontade de verdade* – o discurso se configura como uma maneira, uma ferramenta de separação entre o verdadeiro e o falso

¹ Ao final Foucault creditará essa ideia a um predecessor que muito contribuiu às suas pesquisas: Jean Hyppolite.

(importo pelas instituições que partem de critérios arbitrários que se ancoram em meras contingências históricas).

Podem-se destacar quatro argumentos principais que se conectam entre si durante a obra; o primeiro se refere às diferenças fundamentais entre o que vem a ser a verdade, uma *possibilidade de verdade* e o que Foucault designa como *no verdadeiro*, ou seja, aquela *verdade* que é aceita por uma determinada sociedade e que, por isso, interessa a algum grupo social específico. Ela é a *verdade* oficial, que não fere os interesses do *status quo* e que é validada por diversas estratégias de proliferação – *no verdadeiro*.

Para pertencer a uma disciplina uma proposição deve poder inscrever-se em certo horizonte teórico: basta lembrar que a busca da língua primitiva, tema perfeitamente aceito até o século XIX, suficiente para precipitar qualquer discurso, não digo no erro, mas na quimera e na divagação, na pura e simples monstruosidade linguística. [...] Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, “no verdadeiro” (FOUCAULT, 2012, p. 31-32).

O segundo argumento que atravessa a obra é aquele onde se afirma que não há simetria entre o que o discurso atesta representar e os possíveis conceitos e objetos externos que efetivamente possam existir, ou melhor, que têm a “possibilidade de verdade”. O discurso, com isso, se insere em encadeamentos sógnicos de diferentes discursos passando a sensação de continuidade entre si, ou até mesmo de evolução progressiva desses discursos. O exemplo apresentado por Foucault do botânico Mendel é bastante ilustrativo.

Muitas vezes se perguntou como os botânicos ou os biólogos do século XIX puderam não ver que o que Mendel dizia era verdade. Acontece que Mendel falava de objetos, empregava métodos, situava-se num horizonte teórico estranhos à biologia de sua época. [...] Mendel [...] constituiu o traço hereditário como objeto biológico absolutamente novo, graças a uma filtragem que jamais havia sido utilizada até então: ele o destaca da espécie e também do sexo que o transmite; e o domínio onde o observa é a série indefinidamente aberta das gerações na qual o traço hereditário aparece segundo regularidades estatísticas. Novo objeto que pede novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos. Mendel dizia a verdade, mas não estava “no verdadeiro” do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse “no verdadeiro” (FOUCAULT, 2012, p. 32-33).

O terceiro argumento do autor afirma que o discurso é o encadeamento entre significantes e outros discursos externos. O discurso não direciona seu foco no significado, mas, antes, no significante (ou seja, no imaginário dos receptores desse discurso).

Reprodução “de” e “para” esse imaginário, objetivando a consolidação e propagação de determinada lei, regra, norma, valores, etc.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Finalmente o quarto – e não menos importante – argumento. A estrutura social responsável pela manutenção desses valores dispõe de rituais e estratégias específicas de validação e disseminação dos discursos, o que o transforma em expressão social e, por isso, oficialmente aceita. “Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de ‘literários’; em certa medida textos científicos” (FOUCAULT, 2012, p. 21).

De modo conseqüente, observa-se que tais referenciais se apoiam em um anseio que Foucault chama de *logofilia*, ou seja, um sentimento que nasce através da educação familiar e social – em especial, as instituições de ensino – nos quais sempre é possível se encontrar mensagens plenas de *verdades*. Sentimento construído no interior dos discursos e que nos faz, mesmo inconscientemente, pensar a partir do maniqueísmo entre verdadeiro e falso. No núcleo socialmente validado (através de uma série de procedimentos) encontramos a verdade, caso contrário encontrar-se-á o erro. Isso, pois, a partir das próprias funções do discurso que exclui aquilo que lhe afronta.

Ademais, a *logofilia* é a causadora de um segundo sentimento; a *logofobia*, ou seja, o receio e a angústia causados pelo não reconhecimento. É a consequência de uma dúvida acerca da reprodução de um discurso próprio, individualizado, validado, socialmente reconhecido e, portanto, inserido “no verdadeiro”. Assim colocados, tais discursos validam tanto a reprodução quanto a manutenção das verdades oficiais. *Logofilia e logofobia* são, ambas, essenciais para a ordem do discurso; são o eixo que estrutura a produção e divulgação dos discursos.

Este par parece ser a fonte de noções que posteriormente são anunciadas por Foucault. São elas as noções de *sujeito fundante*, de *experiência originária* e *mediação universal*. No primeiro caso, refere-se à possibilidade de que um sujeito possa, isoladamente, intuitivamente e/ou racionalmente fundar horizontes de significação que a história não terá senão a tarefa de revelar. Ele é o encarregado de animar, diretamente, as formas vazias da

língua; é ele que, atravessando a espessura das coisas ausentes de conteúdo, reaprende, na intuição, o sentido ali depositado. É ele que, para além do tempo, funda horizontes de significações onde a história, por sua vez, não terá senão a tarefa de retratar; finalmente, é o lugar onde as proposições, as ciências e os conjuntos dedutivos encontram seu fundamento. Em sua relação com os sentidos, o sujeito fundador dispõe de signos, de marcas, de traços e de letras. No entanto, para manifestá-lo, não precisa passar pela instância singular do discurso.

A *experiência originária*, por sua vez, supõe uma espécie de conhecimento do mundo originário que se dá antes mesmo de nossa aparição nesta vida. Está inclinada a afirmar que, uma vez que determinadas “verdades” foram ditas anteriormente, é possível uma captura desse pensamento passado de modo que o discurso será simplesmente a representação legítima da experiência e, por isso mesmo, uma verdade continuamente acessível. Ela supõe que, no nível da experiência, significações tenham percorrido o mundo, dispondo-o ao redor de nós e abrindo-o a uma espécie de reconhecimento primitivo. Deste modo, uma cumplicidade primeira com o mundo fundaria para nós a possibilidade de fala nele e dele; possibilidade de designá-lo e nomeá-lo, de julgá-lo e de convencê-lo.

O tema da *mediação universal*, por sua vez, induz à crença de certa racionalidade constantemente disponível e capaz de constituir uma consciência imediatamente a partir das singularidades (até as categorias) – supostamente – universais. Segundo Foucault, ela seria uma maneira de elidir a realidade do discurso, pois parece ao autor que ao encontrar em toda parte a movimento de um logos que eleva as singularidades até o conceito e que permite à consciência imediata desenvolver toda a racionalidade do mundo, é o próprio discurso que se situa no centro da especulação.

Foucault, portanto, chama atenção para o questionamento dessas noções como decisões primárias para a análise do discurso. Deve-se compreender que os discursos não são temporariamente contínuos e se deve restituir seu caráter aleatório, entendendo que o imaginário, refletido nos significantes (manifestados nos discursos), não atinge categorias universais justamente por ser um imaginário.

Quer seja, portanto, em uma filosofia do sujeito fundante, quer em uma filosofia da experiência originária ou em uma filosofia da mediação universal, o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura não põe em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, colocando-se na ordem do signifiante (FOUCAULT, 2012, p. 46-47).

Os desdobramentos deste questionamento leva Foucault a organizar quatro princípios reguladores a fundamentais para a análise do discurso. Muito brevemente, o primeiro princípio é a *noção de acontecimento*, onde não há nenhuma criação baseada na ideia do sujeito fundante. O discurso, nesse caso, se produz a partir de acontecimentos aleatórios mesmo que inseridos em determinado contexto. O segundo princípio é a *noção de série*, onde não há continuidade temporal e, portanto, não há uma série que possibilite uma linha evolutiva inquestionável. O terceiro princípio é a *noção de regularidade*, onde não há nenhuma produção regular. Há, pelo contrário, a impermanência. Cada acontecimento pode ser entendido como singular e original sem que seja o sujeito fundante seu protagonista ou a continuidade de algum discurso anterior. O quarto princípio é a *noção de condição de possibilidade*, onde não há núcleos de significados nos discursos. Há, pelo contrário, a possibilidade de verdade na complexa rede de significantes.

Finalmente, uma vez definidas as compreensões fundamentais para a análise do discurso, seus princípios reguladores e suas inversões, é possível compreender os quatro princípios sugeridos pelo autor como método para a análise do discurso: O primeiro deles, adotando uma postura crítica frente ao discurso, é o princípio de *inversão*. Nele, propõe-se recortar estrategicamente algum trecho do texto para, em seguida, inverter o significado proposto; trata-se de negá-lo e colocar em evidência seus significantes. Percebe-se, com isso, as estratégias de rarefação, em especial aqueles que se referem aos comentários e as falsas universalizações. “É preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (FOUCAULT, 2012, p.49).

O segundo princípio, submetido a um conhecimento genealógico do discurso (conhecimento genealógico, aliás, que também submeterá os dois próximos princípios), é o de *descontinuidade*, onde a leitura atenta dos discursos junto à evidenciação da rarefação nos prova a não existência de um contínuo de verdade evolutiva nos discursos. “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2012, p.50).

Por conseguinte, observamos um princípio de *especificidade*, onde o discurso pronunciado por autores validados não torna os significados propostos verdades universais e absolutas.

Certamente a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as

margens de sua contingência, as condições de sua aparição (FOUCAULT, 2012, p. 53).

Finalmente, no princípio de *exterioridade*, objetiva-se a fixação das fronteiras do discurso – primeiramente no próprio discurso –, restringindo, portanto, a busca de um núcleo de verdades significativas. Em segundo lugar, pretende buscar a compreensão da rede de significantes – e não dos significados – estabelecida exteriormente e sobreposta no discurso analisado.

Foucault, como vimos, propõe duas distintas posturas para se analisar o discurso; um crítico e outro genealógico. O primeiro, como discriminamos, contempla o princípio de inversão, as formas de exclusão e de limitação. O segundo – o princípio genealógico – se propõe a entender como os discursos foram formados a partir de práticas e sistemas de coerção; analisa, também, quais foram as regras de produção e perpetuação desses discursos e quais são suas variações. A crítica contempla, portanto, o princípio de *inversão*. A genealogia do discurso, por sua vez, contempla três princípios restantes; o princípio de *descontinuidade*, *especificidade* e *exterioridade*.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Recebido para publicação em 07/10/2015
Aceito para publicação em 17/12/2016